

ÁREA METROPOLITANA

Descentralização

Um passo tímido mas importante

I RUI AVELAR

A criação das grandes áreas metropolitanas e das comunidades urbanas representa um passo, apesar da timidez, no processo de descentralização administrativa de um país profundamente marcado pela macrocefalia.

O Governo entendeu desencadear uma reforma através das associações de municípios, embora o figurino já exista, visando "agregar para ganhar dimensão e escala" e tendo presente a "impossibilidade de efectuar transferência de competências" com 308 concelhos.

Segundo Vital Moreira, nas actuais circunstâncias, as pequenas e médias regiões apresentam-se como "a única alternativa em relação à macro-regionalização falhada" e nada fazer consistiria em condenarmo-nos à persistência da centralização existente.

Luis Braga da Cruz aler-

ta para o "grave risco" de as novas entidades "não funcionarem por falta de legitimidade política".

Fernando Ruivo, estudioso do Poder Local, acredita que "a regionalização há-de acabar por se impor às novas mentalidades" e deixa - nestas páginas que o "Campeão" dedica à Grande Área Metropolitana de Coimbra (GAMC) - algumas advertências.

Fez bem o presidente da Câmara de Coimbra em empenhar-se na criação da GAMC, mas nem por isso deixam de ser pertinentes as advertências dos seus homólogos de Poiares e Condeixa-a-Nova.

Coimbra (cidade e município) precisa de se relacionar em novos moldes com os concelhos vizinhos. Embora seja um passo tímido, a Grande Área Metropolitana deve comportar as "sementes" da ambição que façam dela um exemplo no processo de descentralização de que o país carece.

Regionalização há-de acabar por se impor, diz sociólogo

O investigador universitário Fernando Ruivo estuda, há anos, o Poder Local. Crê que a regionalização há-de vingar e alerta para "um certo protagonismo que pode ser fatal para o sucesso" das áreas metropolitanas e comunidades urbanas.

I R. A.

O sociólogo Fernando Ruivo, reticente quanto ao processo de descentralização em curso, acredita que "a regionalização há-de acabar por se impor às novas mentalidades".

Coordenador do Observatório dos Poderes Locais, um sub-centro de investigação ligado ao Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Ruivo duvida que o actual processo de descentralização tenha um bom desfecho. Adverte, no entanto, que, "se avançar bem, vai contornar as regiões administrativas previstas na Constituição da República".

Estudioso do Poder Local, o investigador universitário entende que Portugal carece de regiões e aponta os casos de vários pequenos países europeus, cujas

"instâncias intermédias supramunicipais funcionam bem".

Para o sociólogo, as áreas metropolitanas e comunidades urbanas poderiam constituir uma "forma de descentralização complementar da regionalização". O receio dele é que "não se avance de maneira concreta e incisiva".

"Há o risco de se criar uma grande confusão territorial, uma sobreposição de mapas capaz de gerar o caos geográfico. Haverá uma quantidade de mapas, susceptíveis de gerar confusão, e nada que unifique", previne.

Segundo o investigador universitário, há grandes áreas metropolitanas que não coincidem exactamente com metrópoles e comunidades urbanas que são essencialmente rurais, a par da dificuldade de criar comunidades intermunicipais.

"Haverá «ilhas» baseadas em cálculos políticos e, por vezes, até pessoais", acentua Fernando Ruivo, ao alertar para "um certo protagonismo que pode ser fatal para o sucesso" das entidades previstas na Lei 10/2003.

Na perspectiva do coordenador do Observatório dos Poderes Locais, os autarcas "sentiram-se pressionados a celebrar adesões, ainda que não se saiba muito bem para que servem".

Ao alertar para uma "enorme confusão que não é passível de criar identidades próprias", sustenta que "por trás disto estão critérios meramente quantitati-



Fernando Ruivo diz que "falta uma justificação sensata para a criação de áreas territoriais"

vos". Ora, acentua o investigador, "a identidade cria-se com critérios essencialmente qualitativos".

"Falta uma justificação sensata para a criação de áreas territoriais. Elas poderão fazer sentido, mas talvez não tenham «pés para andar»", considera o sociólogo, estranhando o "défice democrático" inerente à criação de grandes áreas metropolitanas e comunidades urbanas.

A ameaça dos "dinossauros"

Ao lamentar a escassez de debate público sobre este processo de descentralização, aponta a "falta de vigilância democrática, exercida pelos cidadãos", e alerta para a possibilidade de aparecerem "novos «dinossauros», ainda com mais força por não dependerem do voto popular".

Para Fernando Ruivo, deveriam ser os cidadãos dos concelhos envolvidos a

eleger as assembleias metropolitanas e das comunidades urbanas, cabendo-lhes aprovar a composição das juntas (órgãos executivos).

A "falta de clareza" quanto às atribuições e competências das novas entidades e as indefinições sobre o financiamento são outros aspectos a merecer reparos do sociólogo, que, em relação à Grande Área Metropolitana de Coimbra, lamenta o facto de Arganil ter ficado à margem.

Enquanto o secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas, aponta "o egoísmo, individualismo e clientelismo" como os "três grandes inimigos" da descentralização, Ruivo considera que o país fica com várias "tiras territoriais".

Para o governante, "é impossível efectuar a transferência de competências se olharmos para a lógica de 308 concelhos", sendo necessário "agregar para ganhar dimensão e escala".

Catorze ou 16 concelhos

O núcleo fundador da Grande Área Metropolitana de Coimbra é formado por 14 concelhos, sendo provável a inclusão de Tábua e Mortágua. Caso se confirmem as adesões destes dois municípios, a GAMC compreenderá concelhos dos distritos de Coimbra, Aveiro e Viseu.

Integram o núcleo fundador Coimbra, Figueira da Foz, Soure, Montemor-o-Velho, Mira, Cantanhede, Mealhada, Penacova, Poi-

ares, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Condeixa-a-Nova.

A "carta de intenções", subscrita a 30 de Setembro de 2003, aponta a constituição da GAMC como uma "acção indispensável ao desenvolvimento equilibrado" do território por ela abrangido e uma "oportunidade a não perder para conjugar as políticas municipais e promover a efectiva descentralização".

A Assembleia Muni-

pal de Coimbra aprovou a inclusão do concelho na GAMC com 43 votos favoráveis, um contra e 15 abstenções.

O único autarca a votar desfavoravelmente, o ex-vereador Jorge Lemos (PS), declarou ao "Campeão" ser "adepto da regionalização", mas considera que a Grande Área Metropolitana de Coimbra "não passa de uma associação de municípios", semelhante às que já existiam.

VILA NOVA DE POLARES...
O Jardim do Pinhal Interior

Aprecie o nosso Artesanato, Gastronomia e Belezas Naturais!